

O contexto imediato do junho de 2013 no Brasil

Em decorrência da fortíssima repressão policial de 13 de junho, em São Paulo, inesperadamente nos dias seguintes as ruas de diversas capitais ampliaram o número de manifestantes. Ampliou-se o contingente contrário aos reajustes e à tamanha repressão policial. Essas manifestações foram principalmente constituídas por trabalhadores juvenis precarizados, como também se diversificaram as exigências em sentido progressista: contra os

megaeventos esportivos e por infraestrutura nas áreas de saúde, educação e moradia. Mas também começaram a ser evidenciados pela mídia empresarial os setores das classes médias que se incorporaram às mobilizações com bandeiras regressivas de direita e ultradireita.

De concreto, no dia 20 de junho as administrações municipais e estaduais recuaram. Tornou-se uma grande vitória das mobilizações contra o aumento das tarifas. No entanto, as manifestações continuaram.

Existem muitas interpretações sobre esses acontecimentos de junho de 2013. Mais de dez anos

depois, ainda geram muitas polêmicas políticas e pesquisas acadêmicas. Esses eventos foram associados a diversas perspectivas ideológicas e políticas que se desdobraram no cenário político brasileiro nos anos seguintes.

Para muitos ligados ao “petismo” ou próximos a ele, aquele “mês de junho” abriu o caminho das ruas para a pavimentação da “ultradireita” que, nos anos seguintes, levou à Operação da Lava-Jato (2014), ao impeachment de Dilma Rousseff (2016), à prisão de Lula e à eleição do Messias Bolsonaro (2018). Essa argumentação, embora com diversos nuances, evidencia que as pautas e bandeiras nas ruas

daquele junho foram regressivas!! Ou seja, em tal perspectiva, foram regressivas porque “simplesmente” o governo era um governo “popular” que expressava em suas políticas públicas as necessidades populares.

Existem outras interpretações, os protestos foram vistos em seu “virtuosismo”, fosse pela importante vitória que foi o impedimento do reajuste das tarifas de transportes, ou então por trazer para as ruas reivindicações sobre infra-estrutura na área social, que foram pouco atendidas pelas três gestões federais consecutivas petistas. Por sua vez, outros compreendem que tais formas de

movimento tiveram o mérito de trazer as lutas e reivindicações para as ruas, depois de vários anos em que os movimentos sociais foram “sequestrados” para o plano institucional (para os “gabinetes”) nas gestões petistas.

Mas é importante compreender que tais manifestações não conseguiram “vergar” o frente populismo petista, nem apresentar uma alternativa política à “conciliação de classe” que representavam aquelas administrações. As manifestações de junho de 2013, embora protestos sociais importantes, não se apresentaram (ou se constituíram) em uma situação revolucionária que se

abria no país. Não houve um confrontamento direto à ordem política e social burguesa, embora tenham ocorrido repressão policial violenta, nem se constituíram propostas e plataforma definidas, nem menos ainda direções políticas revolucionárias. Uma das questões é compreender por que nenhuma dessas dimensões apontadas esteve materializada naqueles protestos sociais.

Entre as principais características daquelas mobilizações posso indicar principalmente as novas formas de organização e luta, horizontalizadas e sem direções centralizadas, e sua rápida articulação por meio das redes

sociais. Fenômeno interessante que vinha se desenvolvendo naquele período em outras importantes manifestações internacionais.

As amplas mobilizações de rua tornaram-se uma característica marcante desde então. As ruas foram palco importante de alguns dos ataques políticos mais contundentes contra o governo de Dilma Rousseff e o PT. Por um lado, os protestos revelaram o lado oculto dos dez anos de governos “populares”, ao trazerem à tona bandeiras progressistas, que exigiam melhorias na saúde, educação e transporte. Por outro lado, as ruas sinalizaram o descontentamento que vinha se

desenvolvendo na própria base social petista durante cerca de 10 anos. Isso se tornou fatal para o impeachment de Dilma, evidenciando o crescente distanciamento do PT e sua base social.

Junho de 2013 e os protestos subsequentes criaram um cenário político, ideológico e social que persiste até hoje? A ultradireita no país é um produto desses “junhos”? Afinal, o que aquele junho revela sobre o nosso presente e os esboços do nosso futuro?

Nesse texto evidencio o que considero uma cronologia aproximada mais imediata daqueles protestos de junho.

Junho de 2013: primeiro tempo

Os protestos de 2013 abriram um cenário político até então imprevisto no país, algo que não era antecipado nos anos anteriores, durante os governos petistas. O estopim inicial foi as mobilizações realizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) [\[1\]](#), conhecido por sua luta pela gratuidade do transporte público (Tarifa Zero). Desde janeiro de 2013, o MPL organizou mobilizações em diversas capitais, com significativa participação de jovens, para impedir o reajuste de R\$ 0,20 nas passagens. Em São Paulo, o MPL realizou panfletagens em regiões periféricas para mobilizar a população contra o

reajuste e organizou debates na Câmara Municipal e vigílias na Prefeitura. Mobilizações também ocorreram em março, em Porto Alegre (dia 27) [\[2\]](#) e Manaus (dia 30) [\[3\]](#); em maio, surgiram em Goiânia.

A intransigência das administrações municipais, estaduais e federal foi marcante, com os seus dirigentes se recusando a negociar a redução das tarifas [\[4\]](#). O então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), afirmou que não negociaria com violência; o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) chamou os manifestantes de “baderneiros”; e o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), questionou

os “reais” interesses das manifestações, sugerindo a infiltração de grupos de oposição. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT), apresentou-se como defensor da ordem e da propriedade, aprofundando as ações repressivas nos estados, integrando governadores e secretários de segurança, além de acelerar a aprovação de uma série de legislações “antiterrorismo”.

Apesar das mobilizações de rua, governadores e prefeitos – inclusive Fernando Haddad, em São Paulo – mantiveram-se intransigentes, aprovando o reajuste das tarifas de transporte público nas câmaras

municipais e assembleias legislativas, cedendo às pressões dos cartéis de transporte coletivo (ônibus, metrôs e trens). Até o final de maio de 2013, onze capitais já haviam realizado tais reajustes.

Junho de 2013: segundo tempo

No início de junho, parecia que a questão estava resolvida. No entanto, a partir do dia 3, começaram atos públicos e passeatas contra a nova tarifa em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, nos dias 6, 7 e 11 de junho, mais de cinco mil manifestantes ocuparam áreas centrais da cidade, enfrentando a repressão policial, que tentava dispersar

as mobilizações com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha^[51]. As manifestações cresceram em participação, incluindo não apenas jovens universitários, mas também jovens proletários de setores de serviços e estudantes secundaristas.

A mídia empresarial, em seus editoriais e reportagens, incitava uma intervenção mais decisiva da repressão policial. A cobertura midiática concentrava-se nos atos pontuais de depredação realizados por alguns manifestantes, classificando-os como “baderneiros” e minimizando as reivindicações populares. Por exemplo, a *Folha de S. Paulo*, em

editorial, descreveu os manifestantes como jovens predispostos à violência “por uma ideologia pseudorrevolucionária”, dizendo em editorial: “0ito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e trem, pichações, ônibus incendiados, catracas arrancadas. A cena, a primeira de um festival de destruição, marca um ponto de virada: a revolta passa da alegoria à força bruta. Alheios à razão, muitos dos jovens seguiram a marcha como se o caos fosse o propósito do protesto.” [\[6\]](#)

O Estado de S. Paulo chamou os manifestantes de “baderneiros” e as manifestações como “vandalismo” que “aterrorizava” a população paulistana e que tinha ultrapassado “todos os limites”, e pedia uma ação policial mais rigorosa^[71].

Este tipo de posicionamento midiático foi observado anteriormente, em abril de 1983, na cidade de São Paulo, quando ocorreram três dias intensos de manifestações de proletários industriais desempregados. Esses trabalhadores desempregados saquearam supermercados e mercados das periferias da região sul paulistana, enfrentaram a polícia militar e realizaram marchas ao Palácio

dos Bandeirantes e à Assembleia Legislativa.

Diferente de 1983, no entanto, a cobertura midiática de 2013 não conseguiu indispor a população contra os manifestantes. Pelo contrário, o movimento se ampliou, ganhando ainda mais apoio e simpatia popular. As redes sociais, como Facebook e o ex-Twitter, desempenharam papel importante como meio alternativo de divulgação, permitindo uma comunicação rápida e eficaz sobre os atos públicos e manifestações.

O dia 13 de junho tornou-se um marco nas mobilizações, com uma repressão policial particularmente intensa em São

Paulo e no Rio de Janeiro[8], transformando essas cidades em cenários de guerra. Mais de 300 pessoas foram presas em São Paulo[9], com um número significativo de feridos, incluindo jornalistas e fotógrafos. No Rio de Janeiro, a repressão foi marcada por perseguições seletivas a militantes de esquerda.



Junho de 2013: terceiro tempo

Em resposta à violência policial, centenas de milhares de pessoas tomaram as ruas em todo o país. O repúdio popular à repressão e a solidariedade da população fortaleceram a participação de jovens trabalhadores proletários. Novas reivindicações começaram a surgir além da demanda inicial. Cartazes manuscritos abordavam temas como educação, saúde e moradia, ao lado de outras demandas como a rejeição ao Projeto de Decreto Legislativo nº 234, conhecido como “cura gay”, a oposição ao Projeto de Emenda Constitucional nº 37, e críticas às construções de estádios e infraestrutura para a Copa das Confederações (2013),

Copa do Mundo de Futebol (2014) e Olimpíadas (2016).

Com a ampliação das mobilizações, setores da classe média também se incorporaram, trazendo bandeiras nitidamente conservadoras que reforçaram as discriminações contra organizações e partidos de esquerda. Slogans como “Fora Dilma”, “O gigante acordou”, “Meu partido é o Brasil” e “Redução da maioridade penal” passaram a circular rapidamente pelas redes sociais, e palavras de ordem como “sem partido” tornaram-se frequentes nas manifestações.

Houve uma sintonia entre setores da classe média e os editoriais

da grande mídia, que começaram a distinguir entre os manifestantes “legítimos” e os “vândalos”. A mídia empresarial passou a evidenciar os setores conservadores no movimento que expressavam um discurso “patriótico” e antipartidário, galvanizando assim sentimentos dispersos e ressoando amplamente por meio de jornais e tvs abertas.

A ampliação das mobilizações resultou em uma vitória importante: em muitas cidades, começou a revogação do reajuste das tarifas de transporte coletivo. No dia 18 de junho, quatro capitais anunciaram suas decisões: Cuiabá, Porto Alegre, Recife e João Pessoa[\[10\]](#). A ex-

presidenta Dilma Rousseff foi obrigada a fazer um pronunciamento em âmbito nacional. No dia seguinte, o prefeito e o governador de São Paulo também anunciaram a revogação, seguido pelo Rio de Janeiro, Aracaju, Belo Horizonte e Curitiba, em um efeito dominó que se espalhou por várias cidades.

Apesar dessa vitória, as manifestações continuaram, atingindo seu ápice em 20 de junho, com cerca de 1,4 milhão de pessoas em mais de 388 cidades [\[11\]](#). A palavra de ordem mudou de caráter, com o grito de “não foi só pelos vinte centavos” ressoando nas ruas.

Junho de 2013: uma tentativa do proletariado em cena

Os levantes populares foram seguidos, em julho, por mobilizações organizadas por diferentes centrais sindicais. De certa forma, junho continuou em 11 de julho[12], 30 de agosto[13], 7 de setembro e nas manifestações realizadas por professores fluminenses em greve por suas legítimas reivindicações, às quais se somaram centenas de milhares de ativistas de junho, empunhando a bandeira da Educação Pública.

As paralisações e manifestações fabris de 11 de julho trouxeram para o centro político e eixo de

mobilização os setores sindicais (CSP Conlutas, Força Sindical, CUT e outras), incorporando as questões trabalhistas na pauta de reivindicações.

Com interesses políticos distintos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Força Sindical (à época ainda governista) e a CSP Conlutas (oposição ao governo) deliberaram conjuntamente o Dia Nacional de Paralisação (11 de julho). Os principais pontos da pauta foram: redução do preço e melhoria da qualidade dos transportes coletivos; mais investimentos em saúde e educação pública; fim do fator

previdenciário; redução da jornada de trabalho; combate à terceirização; fim dos leilões das reservas de petróleo; e reforma agrária.

De certa maneira, estava em debate o papel do Estado e as demandas sociais e populares. Uma nova data de paralisação trabalhista nacional foi marcada para 30 de agosto, mas com baixa mobilização.

0 vetor progressista das manifestações: transporte, saúde, educação...

Os protestos de junho de 2013 tiveram um vetor progressivo no cenário político nacional, uma vez que suas exigências partiram

de questões sociais concretas para a maioria da população, como a questão do transporte coletivo. Com o tempo, somaram-se questionamentos sobre os recursos públicos canalizados para os megaeventos, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. Tais bandeiras tiveram ampla acolhida entre as populações das periferias urbanas, que sentiam diretamente os efeitos econômicos dos aumentos nas passagens e das más condições dos transportes.

Em sua composição social, com variações regionais, as manifestações de junho envolveram segmentos da classe média, principalmente juvenil

(estudantes e profissionais), um número significativo de jovens trabalhadores precarizados, além de populações pobres das periferias. Esse foi o universo social significativo das mobilizações daquele período.

A esquerda política e social esteve presente desde o início do processo. Em São Paulo, o Sindicato dos Metroviários apoiou o MPL desde o início, com carro de som e confecção de panfletos. Diversos grupos autonomistas e anarquistas estiveram na organização das manifestações, assim como militantes de correntes estudantis do PSOL e militantes do PSTU.

Após a violenta repressão de 13 de junho, um maior contingente de jovens trabalhadores precarizados aderiu às mobilizações contra os reajustes, juntamente com um espectro da classe média que trazia outras bandeiras (regressivas) que foram destacadas pela mídia empresarial. A bandeira que também ganhou destaque foi a repressão realizada pela PM dos então Governo Alckmin em São Paulo e Governo Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro [\[14\]](#).

No entanto, não se pode menosprezar a entrada de bandeiras regressivas nas mobilizações de junho, trazidas por segmentos das classes

médias. Essas bandeiras, que circularam rapidamente pelas redes sociais, tornaram-se muito fortes nos anos seguintes, influenciando as eleições presidenciais de 2014, as manifestações de 2015 contra Dilma Rousseff e, posteriormente, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Nesse processo, cristalizou-se uma perspectiva de ultradireita que passou a permear o cenário político nacional.

Governo Dilma: as ilusões petistas sobre os seus governos “populares”

O governo Dilma e o PT, no início de 2013, comemoravam os dez anos dos governos

“populares”. Até início de junho, Dilma mantinha grande popularidade nas pesquisas de opinião pública, mas ao longo das manifestações seus índices despencam junto à opinião pública[15]. No entanto, desde 2012, as críticas empresariais à sua política industrial e à condução da taxa de juros começaram a se intensificar. As críticas ao intervencionismo estatal acumulavam-se nas matérias jornalísticas.

Por outro lado, diversos movimentos sociais lutavam pela demarcação de terras quilombolas e indígenas, e contra a construção de barragens, como a de Belo Monte. O descontentamento camponês era

crescente devido à paralisação da reforma agrária. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em sintonia com o agronegócio, manteve engavetada a maioria dos processos de demarcação de terras e reforma agrária, inclusive aqueles já qualificados tecnicamente.

Em várias capitais, desenvolviam-se comitês contra os megaeventos, que questionavam a prioridade dos recursos para essas infraestruturas em detrimento das demandas sociais. A luta pela tarifa zero e contra os reajustes nas tarifas era impulsionada pelo MPL desde anos anteriores.

A propaganda governista

destacava a criação de empregos e a queda histórica do desemprego, além dos programas sociais, como o Bolsa Família, e projetos educacionais. Entretanto, a realidade social mostrava que cerca de 80% da juventude empregada, mesmo com formação universitária, ganhava em média 1,5 salário-mínimo, sem perspectivas de emprego em suas áreas de formação. Eram (e continuam sendo) empregos precários. A população, incentivada ao consumo pelo governo desde o final do segundo mandato de Lula, tornava-se cada vez mais endividada. Era a consequência direta da “ideologia” da ascensão da “nova classe média”, ou seja, as

camadas sociais populares, situadas na base da pirâmide social, que supostamente ascenderam socialmente.

Outro elemento desse quadro social merece destaque. As camadas médias e a pequena burguesia sentiam-se cada vez mais aviltadas pelos governos petistas. Planos de saúde e colégios particulares tornavam-se mais caros. Financiar a estadia de seus filhos na universidade pública não trazia como resultado uma carreira pautada com bons salários. A ampliação na taxação do imposto de renda para esses segmentos mantinha-se alto. Esses grupos percebiam que nada ganhavam em troca, ao contrário, sentiam-se

como os financiadores da ascensão da “nova classe média”. Além disso, percebiam que seus valores de família, religião e a suposta “democracia racial” estavam sendo questionados pelos movimentos identitários apoiados pelo PT.

Desdobramentos sociais e políticos

Nos meses e anos seguintes, as manifestações tomaram rumos distintos. Por um lado, impulsionaram ideologicamente e politicamente a juventude orientada por bandeiras de direitos sociais e contra as opressões. Por outro lado, trouxeram para as ruas segmentos da classe média e da pequena

burguesia urbana com bandeiras regressivas, que serviram como base social para o crescimento da ultra-direita brasileira.

O cenário político hegemonizado pelo PT entre 2003 e 2013 foi alterado pelos desdobramentos políticos e ideológicos daqueles protestos. O governo Dilma, que no início de 2013 celebrava dez anos de “governo popular”, passou a sofrer um desgaste político irreversível a partir de junho daquele ano.

A base social e política do PT fragmentou-se tanto entre os setores populares quanto entre as classes médias e a pequena burguesia. O governo federal, após junho, respondeu com

propostas pouco convincentes, tentando rearticular sua imagem, mas intensificando a repressão estatal em conjunto com os governos estaduais.

Houve uma nítida e tendencial perda de base social. Nas camadas populares, a frustração com o governo cresceu. Essa tendência se intensificou nos meses seguintes, como evidenciaram as eleições de 2014. O bloco de poder dominante no Estado brasileiro, composto por setores monopolistas do capital “nacional” e internacional, desde 2014, retirou seu apoio ao governo e questionou a continuidade da política econômica petista. No Congresso Nacional, o PT perdeu

a maioria parlamentar, o que levou ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016, durante seu segundo mandato.

Considerações finais

Os aspectos tratados aqui serão abordados em maior detalhe nos artigos que se seguirão nos próximos meses. Como fontes documentais, utilizaremos estatísticos, materiais entrevistas, artigos jornalísticos e pesquisas acadêmicas.

[1] Pedro Venceslau, “Manifestantes fecham Paulista em protesto contra aumento da tarifa”. O Estado de S. Paulo, 06 jun. 2013.

<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130607-44501-nac-22-pol-a22-not> .

7. “Manifestantes ocupam Marginal Pinheiros contra tarifa de ônibus”, *Folha de S. Paulo*, 07 jun. 2013. <http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19458&anchor=4250043&origem=busca&pd=19458>

[2] “Protesto contra aumento da passagem em Porto Alegre termina em confronto com a Brigada Militar”. *Zero Hora*, 27 mar. 2013.

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/protesto-contra-aumento-da-passage-em-porto-alegre-termina-em-confronto-com-a-brigada-militar-4084570.html>

[3] “Manifestantes protestam contra aumento da tarifa de ônibus em Manaus”, *G1 Amazonas*, 30 mar. 2013.

<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/03/manifestantes-protestam->

contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-em-manaus.html

[4] “Onze capitais já aumentaram tarifa de ônibus neste ano”, *Folha de S. Paulo*, 28 maio 2013. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1284755-onze-capitais-ja-aumentaram-tarifa-de-onibus-neste-ano.shtml>

[5] “Quinto protesto contra tarifa reúne 5 mil pessoas em SP”. *G1 São Paulo*, 11 jun. 2013. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/quinto-protesto-contra-tarifa-reune-5-mil-pessoas-em-sp.html>

[6] Retomar a Paulista, 13 de junho de 2013, *Folha de S. Paulo* (editorial). <http://m.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>

[7] Chegou a hora do basta, 13/06/2013, *O Estado de S. Paulo* (editorial)

[8] “Protestos contra aumento de passagens têm confrontos e prisões no Rio”. *O Globo*, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/protestos-contra-aumento-de-passagens-tem-confrontos-prisoes-no-rio-8657261>

[9] “Protesto contra tarifa em SP termina em confronto com a PM; mais de 200 presos”, *Folha de S. Paulo*, 13 jun. 2013. <http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19464&anchor=4252410&origem=busca>

[10] “Prefeitos de Cuiabá, Porto Alegre, Recife e João Pessoa anunciam redução da tarifa”, *G1*, 18 jun. 2013. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2>

013/06/prefeitos-de-cuiaba-porto-alegre-recife-e-joao-pessoa-anunciam-reducao-da-tarifa.html

[11] “Protestos de 20 de junho mobilizam 1,4 milhão em todo o país, diz Datafolha”. G1, 21 jun. 2013. Disponível em:
<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-de-20-de-junho-mobilizam-14-milhao-em-todo-o-pais-diz-datafolha.html>

[12] “Centrais sindicais realizam Dia Nacional de Paralisação em 11 de julho”, *Agência Brasil*, 02 jul. 2013.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2013-07/centrais-sindicais-realizam-dia-nacional-de-paralisação-em-11-de-julho>

[13] “Centrais marcam nova paralisação para 30 de agosto”,

Agência Brasil, 13 ago. 2013.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2013-08/centrais-marcao-nova-paralisacao-para-30-de-agosto>

[14] “PM é acusada de chacina na Maré”, *O Globo*, 25 jun. 2013.

<http://oglobo.globo.com/rio/pm-e-acusada-de-chacina-na-mare-8760538> .

Natália Nery, “Desaparecimento de Amarildo completa um mês”, *Folha de S. Paulo*, 14 ago. 2013.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1326291-desaparecimento-de-amarildo-completa-um-mes.shtml>

[15] “Avaliação do governo Dilma cai de 57% para 30%, aponta Datafolha”.

Folha de S. Paulo, 29 jun. 2013. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303014-avaliacao-do-governo-dilma-cai-de-57-para-30-aponta-datafolha.shtml> Confederação

Nacional do Transporte (CNT)/Ibope.
“Pesquisa CNT/Ibope – Avaliação do
governo federal”, jul. 2013.
<http://www.cnt.org.br/pesquisa/cnt-ibope>